



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
22 DE SETEMBRO DE 2020 - Nº 17/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e dois dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Casimira Pereira Alves, Sónia Sanfona e António Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 14/2020 - Reunião realizada no dia 23/07/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 02 – Proposta – Medidas de Apoio à população e ao comércio local - prorrogação de isenção de Taxas e Licenças.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 03 – Proposta – Autorização para Apresentação de Candidatura para a Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo à Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias – Requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo – Alpiarça – Código – Alt20 – 02 – 5673 – FEDER – 00097.-----

Município de Alpiarça-----





Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 04 – Proposta – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020 – Criação do cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 05 – Proposta de Estatuto Remuneratório – Coordenador Municipal de Proteção Civil.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 06 – Proposta – Projeto de Regulamento do serviço Municipal de Proteção Civil de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 07 – Proposta – Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 512.432,89€.

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 08 – Proposta – Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 164.800,00€.

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----





Ponto 09 – Adenda ao Contrato Celebrado com o Banco Caixa Geral de Depósitos, SA., Referente ao Empréstimo de Substituição de Dívida à Ecolezíria.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 10 – Concurso Público nº 05/2020/CCE para Celebração de Acordo Quadro para Aquisição de Máscaras Cirúrgicas e Luvas – Esclarecimentos.-----

Município de Alpiarça-----

CIMLT-----

Para Ratificação:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

----A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e sete minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e um de Setembro de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 953.524,45 Euros (novecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---O Presidente começou por informar quais as competências atribuídas ao Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Pedro Arraiolos e à Vereadora Casimira Pereira Alves, no âmbito da substituição que se operou recentemente na Câmara Municipal. O Presidente da Câmara ficou com a responsabilidade dos pelouros da Coordenação Geral, Planeamento Urbanismo e Obras, Proteção Civil, Educação, Informação e Relações Públicas, Turismo, Bombeiros Municipais, Fiscalização Municipal, Ambiente, Mercados e Abastecimento Público. O Vice-Presidente e Vereador João Pedro Arraiolos ficou com a responsabilidade dos pelouros da Saúde e Ação Social, Desporto e Juventude, Serviços Administrativos, Finanças Municipais, Património Municipal, Recursos Humanos, Serviços Urbanos e Limpeza, Parque de Máquinas e Viaturas, Iluminação





Pública, Sinalização e Trânsito. A Vereadora Casimira Pereira Alves ficou com a responsabilidade do pelouro da Cultura e com a área dos Eventos e das Feiras, pelouro que irá desempenhar em regime de meio tempo. Informou de seguida a evolução da situação da pandemia do covid 19, dizendo que existem, no momento, quatro casos ativos reportados ao Concelho.-----

---Pedi a palavra o Vereador João Pedro Arraiolos, que cumprimentou os presentes, e prestou um esclarecimento. Referiu-se a uma questão que já havia sido colocada em reunião anterior sobre a hipotética situação irregular na atribuição das bolsas de estudo. Disse que solicitou aos serviços a análise dos processos, após a indicação da pessoa em causa, tendo sido verificado os processos quer do ano em curso, quer dos últimos três anos, e de tudo o que foi verificado não foi apurada qualquer irregularidade.-----

---Intervio de seguida a Vereadora Sónia Sanfona, que cumprimentou os presentes e começou por agradecer o esclarecimento prestado pelo Vereador João Pedro Arraiolos. Abordou de seguida a questão da limpeza da Vala Real, que falou também na reunião anterior, constatando que foi entretanto feita uma intervenção e perguntou como pensa o Executivo continuar a assegurar a limpeza da Vala, se no âmbito da operação que foi feita o problema estava equacionado ou se sistematicamente terá de ser aberto novo procedimento e feitas limpezas recorrentes. Perguntou ainda se foi equacionado o tratamento da questão da limpeza da Vala com os concelhos vizinhos que ficam a montante e a jusante de Alpiarça. Julga que integrando os Municípios por onde passa a Vala Real, sobretudo os nossos vizinhos, seria uma abordagem mais eficaz do que se estar sistematicamente a tentar resolver o problema, que não nasce aqui mas que chega ao nosso concelho. Pretende assim saber se esta abordagem foi pensada em conjunto com os outros concelhos. Referiu de seguida, no âmbito dos projetos de reabilitação urbana, que estes têm tido um papel importante na renovação, ainda um pouco insípida no aspeto da nossa malha urbana, mas que têm tido algum impacto devido às condições atribuídas a essa reabilitação, e perguntou se as oportunidades que a legislação colocou relativamente à reabilitação urbana foram alguma vez equacionadas para os imóveis do município que existem em Lisboa. Relativamente aos projetos cujas candidaturas foram aprovadas, perguntou se no caso da segunda fase do Mercado Municipal todos os terrenos privados que integram o projeto são já propriedade do Município, e se sim em quanto importou esta operação. Em relação ao projeto para a zona da Barragem, quer





saber se foi agendada alguma reunião com o Ministério do Ambiente, no sentido de saber que meios estariam ao alcance da autarquia, para encetar um projeto que permitisse resolver o problema da massa de água, que é o que mais preocupa, sem a qual todos os projetos que foram aprovados e que visam o embelezamento daquela zona, são insuficientes para que se torne mais aprazível e com maior capacidade de fruição das pessoas. Relativamente ao facto de o Clube Desportivo “Os Águias” ter definido uma estratégia nova e ter encetado a formação de uma equipa de futebol sénior, mostrou satisfação por os jovens terem condições para a prática desportiva no concelho, mas teme que este seja um ano complicado para começar um projeto deste género, não havendo as condições ideais do ponto de vista da segurança, que teriam de ser asseguradas pelo município, para que tudo aconteça com a normalidade desejável. Relativamente ao projeto para a construção dos novos balneários, levantou algumas questões sobre as condições do recinto, havendo uma abertura sem qualquer tipo de controlo, sem qualquer obstáculo, entre a zona de passagem dos árbitros e dos atletas e a zona onde o público pode circular. Questionou se o projeto se mantém ou se foi equacionada alguma proposta de alteração para criar condições, de modo a que a Associação de Futebol de Santarém possa dar parecer favorável ao projeto. Colocou de seguida uma questão sobre a avenida da Barragem, transmitindo que, sendo uma avenida larga e com boa visibilidade, com frequência carros com velocidade elevada não fazem a curva no final da reta e seguem em frente, num terreno junto à sua habitação. Sugeriu a possibilidade de colocação de elementos que possam reduzir a velocidade na avenida ou a colocação de sinais luminosos no topo da avenida, na zona da curva. Lembrou que na reunião anterior o Presidente disse que estava agendada uma reunião com a Secretária de Estado da Educação para se tratar do montante de cerca de trezentos mil euros que estariam fora do financiamento inicial, e pretende saber se essa reunião aconteceu e qual foi a solução encontrada. Referiu-se à renúncia do vereador Carlos Jorge, dizendo que na reunião em que a renúncia foi transmitida não foi indicada nenhuma razão substancial, mas tratando-se do exercício de um cargo público para o qual se é eleito, parecia-lhe que seria de todo o interesse que houvesse um explicação por parte do próprio, uma vez que é uma decisão pessoal. Essa explicação veio a ser feita e julga que não se pode fingir que as justificações não são preocupantes, porque são.-----





---Pedi a palavra o Vereador António Moreira, que cumprimentou os presentes. Começou por saudar o regresso dos jovens às aulas presenciais, vendo isso com satisfação mas também com alguma apreensão, esperando que tudo corra bem e que o município esteja preparado para esta situação. Perguntou se, na questão da Barragem, considerando o nível bastante baixo da água, o município pondera reparar uma bomba que está avariada há dezenas de anos e que não tem sido possível fazer a sua reparação. Relativamente ao Jardim Municipal é da opinião que há jardins que mereciam um jardineiro permanente, custando-lhe ver um jardim que alindou aquela zona da vila, apresentar alguns aspetos de abandono. Sobre a Rua Francisco Casqueiro disse que uma pessoa fez um pedido ao Município sobre a hipótese de ser colocada uma ou duas lombas, considerando que é uma rua larga e, durante a noite, há motas e carros que atingem grandes velocidades, não sendo agradável para quem ali mora. Perguntou de seguida qual a situação relativamente aos animais errantes, considerando que foi assinado um protocolo com uma clínica cujo objetivo é a diminuição de animais na rua, porque nada o leva a entender que isso esteja previsto no protocolo. Reconheceu de seguida que o município tem feito um esforço grande na questão do lixo e da recolha de monos, mas acha que poderia estar melhor. Tem conhecimento que quando aparecem monos junto a contentores de lixo, normalmente os empregados da recolha do lixo avisam quem de direito para que os monos sejam recolhidos, mas há alguns que durante dois ou três meses não são recolhidos. Perguntou como foi feita a compra de um carro de recolha de lixo que o município adquiriu, qual o seu custo, qual a idade do carro e quem o vendeu.-----

---O Presidente respondeu às questões colocadas. Começou por se referir à atribuição das bolsas de estudo, situação já esclarecida pelo Vereador João Pedro Arraiolos, tendo reforçado a ideia que tudo decorreu em termos de igualdade e que o Executivo tem toda a confiança nos serviços que analisam e verificam os documentos. Relativamente à limpeza da Vala de Alpiarça, confirmou que não houve articulação com os municípios vizinhos, como não há em muitas outras áreas, houve sim uma decisão do Município de Alpiarça em procurar corresponder a uma solicitação constantemente colocada pela população, nomeadamente pelos os agricultores que têm terrenos confinantes com a vala. Clarificou que a limpeza da Vala não se prende unicamente com a retirada dos jacintos de água e da erva pinheirinha, havendo uma intervenção muito mais vasta que não era possível fazer com os meios da Câmara, tratando-se também de um processo de regularização





das margens. Referiu que houve um dado que não foi certamente ponderado, do ponto de vista técnico, que tem a ver com a forma de prender os jacintos de água a montante, no início da intervenção, no limite do Concelho de Alpiarça com o Concelho da Chamusca, o que terá de ser feito. Disse ainda que a perspetiva de se continuar a intervir na limpeza da vala, será através dos meios do Município. Lembrou que a Câmara há uns anos atrás ensaiou uma solução que passava pelo pagamento de uma avença a duas pessoas para limpar a vala, mas como a Câmara não pagava a avença, as pessoas não faziam a limpeza e a situação foi-se agravando. Salientou que Município de Alpiarça aproveitou a oportunidade de recorrer a um financiamento do fundo ambiental, com uma participação de oitenta e cinco por cento. Relativamente à Regeneração Urbana e à consideração dos prédios de Lisboa para esse efeito, disse que há verba para a Regeneração Urbana, mas é promovida localmente, no território do Município. Lembrou que o que está na base da possibilidade de candidaturas a fundos comunitários para este programa é a existência de um PARU de Alpiarça, que foi aprovado pela CCDR e que fundamenta toda a intervenção que o Município pretende vir a efetivar. Disse que a Câmara de Alpiarça enquanto proprietária em Lisboa, poderia candidatar-se, mas não para acesso a fundos comunitários porque a base de incidência de uma eventual candidatura é local. Em relação aos terrenos que integram a segunda fase da regeneração urbana do Mercado e a área contígua até à Igreja de Santo Eustáquio, confirmou que há terrenos que não são ainda propriedade do Município, mas que se está em fase de negociação com os proprietários, processo que está a decorrer e que se tem de concluir rapidamente, dada a possibilidade de iniciar a intervenção brevemente. Sobre a questão da reunião com o Ministério do Ambiente, informou que se realizou recentemente uma reunião com a diretora da ARH Tejo e com o responsável pela direção da Hidráulica do Oeste e Ribatejo, reunião que aconteceu no Município de Alpiarça, onde se procuraram esclarecer algumas questões ligadas ao projeto do Parque Ecológico dos Patudos, nomeadamente à piscina ecológica e a um conjunto de situações que devem estar preparadas para que o projeto possa avançar. Foi também abordada a questão da massa de água da Barragem, não tendo havido dados novos nem grande evolução. O que houve foram ideias relativamente à questão que o Vereador António Moreira colocou, da descarga de fundo, que neste caso não traria grande contribuição para resolver o problema, uma vez que este equipamento o que faz é permitir a saída da água, que neste momento já se encontra com um





nível muito baixo. Frisou que a haver movimentos com a válvula de descarga da Barragem, teria de ser num período de maior enchimento da albufeira. Deu nota que esteve presente na reunião o Engenheiro responsável pelo projeto da Barragem que se prontificou a procurar algumas soluções para apresentar ao Município, relativamente à possível limpeza em profundidade da Barragem. A questão que aqui se poderá colocar tem a ver com a disponibilidade financeira do Município e, de forma a atenuar essa responsabilidade financeira, analisar a possibilidade de integração de uma operação de financiamento, seja comunitária ou nacional, através de fundos na área do ambiente, o que não tem sido possível por razões já explicadas que têm a ver com as prioridades definidas. Entende que os problemas que existem não impossibilitam que se realize o projeto, mas concorda que se se resolvessem todos estes problemas antes da operação que se pretende fazer, isso seria extremamente vantajoso para o desenvolvimento daquela área. Em relação ao Estádio Municipal e à formação de uma equipa de futebol sénior concorda que é um ano complicado para se iniciar um projeto deste tipo, mas é da opinião que é um ano complicado para tudo e coloca uma série de dúvidas e de desconhecimentos relativamente àquilo que se vai passar, mesmo na prática desportiva. De qualquer forma, acha que foi com muita satisfação que viu nascer este projeto, que marca uma afirmação de vontade por parte de um conjunto de pessoas e jovens do Concelho, no sentido de criar uma secção de futebol do Clube Desportivo “Os Águias”. Considerou ainda que para a prática de toda a atividade desportiva no Estádio Municipal, é fundamental que o tapete existente, que está degradado, seja substituído por um novo. No que diz respeito aos novos balneários disse que no espaço existirá uma barreira para separar a parte de acesso ao público da parte das equipas e dos árbitros. Sobre a questão das lombas na Rua do Pinheiro, referiu que há um conjunto de pedidos para várias ruas e é uma situação que não é fácil de gerir, mas fica o registo e será feita uma avaliação. Em relação à reunião com a Secretária de Estado da Educação, esta realizou-se, mas o assunto foi debatido mais com o Chefe de Gabinete e com o adjunto, uma vez que a Secretária de Estado teve de se ausentar. Foi no entanto analisado o valor da candidatura para as obras da Escola, acima dos valores estimados. Disse que o processo do concurso está a decorrer e não se sabe ainda o valor das propostas, podendo eventualmente ficar no valor inicial. Transmitiu que o Ministério está a par da situação e que foi remetido para eventuais redistribuições de verbas ao nível dos pactos e dos programas operacionais regionais, que se irão





verificar, e o Ministério irá acompanhar a posição da Câmara, mas que se aguardasse. Sobre a renúncia do Vereador Carlos Jorge disse que esta é uma decisão pessoal e só ao munícipe cabe comentar e da sua parte não irá fazer comentários. Compreende o interesse dos Vereadores do Partido Socialista nesta matéria mas não lhe cabe, neste momento, pronunciar-se nestas questões. Prometeu que o que vai fazer é procurar continuar a convencer os alpiarcenses que se está a trabalhar de uma forma leal, competente, correta, recuperando a Câmara Municipal, realizando os investimentos e as iniciativas, valorizando a população. Disse ainda que, em conjunto com os seus companheiros de maioria, os seus camaradas de partido e membros da sua força política, se continuarem a trabalhar no mesmo sentido, estão em condições de continuarem a convencer a população disso e também acha que a população tem feito a interpretação correta e tem dado à CDU a maioria absoluta em três eleições consecutivas. No seu caso, como cabeça de lista à Câmara Municipal, tem-lhe sido dada essa confiança, da qual tem um enorme orgulho e uma grande honra de ser o Presidente da Câmara da sua terra, também ao serviço do seu Partido, o Partido Comunista Português, força política que está intimamente ligada aos valores da população de Alpiarça, de gente que luta pela liberdade. Sobre o regresso às aulas presenciais, corrobora da mesma opinião do Vereador António Moreira, deixando uma expectativa positiva quanto à possibilidade de, a partir do funcionamento da escola e da regularidade das aulas presenciais, se consiga ir retornando um pouco à normalidade do nosso país. Realçou o trabalho feito pela escola, da sua Direção, do corpo docente e dos funcionários, também dos encarregados de educação como um elemento central e cujo comportamento irá determinar muito daquilo que poderá vir a acontecer, num quadro de muita indefinição, de muita instabilidade e de muito receio. A Câmara procura estar sempre a par das situações e dar a melhor resposta possível, sendo sempre chamada a intervenções neste período, este ano ainda mais por efeito desta situação anormal, procurando a solução para os problemas que vão surgindo. Relativamente ao Jardim Municipal, compreende que o ideal seria ter um jardineiro para cada espaço, lembrando que já houve um tempo em que isso acontecia mas nessa altura a Câmara tinha trezentos trabalhadores, agora tem cerca de cento e setenta, sendo que quase cinquenta estão nas escolas. Afirmou que não há nenhum abandono, o que se vai fazendo é corresponder às exigências de cada momento. Em relação aos animais errantes disse que o protocolo existente é para a esterilização de animais e que o canil está a





funcionar como funciona há muitos anos, tendo-se vindo a procurar melhorar as condições dos animais.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu a algumas questões colocadas. Começou por se referir à questão da limpeza da vala, afirmando que os trabalhos estão essencialmente concluídos, faltando a limpeza de um conjunto de lenha que ficou nas margens. Sublinhou que já tinha dito que, terminada a limpeza, a retirada de jacintos já não seria da responsabilidade do empreiteiro da obra e que caberá ao Município estabelecer formas de fazer uma manutenção regular, para que não haja acumulação de jacintos de água. Mencionou ainda que quando se fala em articulação de municípios, acha que essa articulação teria de vir de cima, aproveitando as verbas disponíveis do Fundo Ambiental, embora se compreenda que isso no nosso país não é muito habitual. Observou ainda que os fundos comunitários são um exemplo disso, dando nota que já passou por dois quadros comunitários enquanto Vereador, em que todos os municípios e os envolvidos na área económica, social, da educação e da saúde, cada um dá os seus contributos para a estratégia da região, são elaborados um conjunto de documentos estratégicos importantes, mas depois quando se chega ao fim dos quadros comunitários as execuções são baixíssimas. Realçou ainda que depois aparecem um conjunto de possibilidades que anteriormente estariam vedadas, de nada valendo a estratégia, para depois haver essa possibilidade de se fazerem mais coisas, que já poderiam estar programadas para todos. Em relação ao futebol sénior, declarou que já teve oportunidade de reunir com os elementos da secção e com a direção do Clube Desportivo “Os Águias”, no sentido de analisar a ajuda que a Câmara possa dar, o que será feito oportunamente. Sobre o Jardim Municipal disse que irá ser intervencionado e que nesta fase de transição tem havido alguma articulação, reconhecendo o empenho de todos os responsáveis de serviço para que o funcionamento seja efetuado da melhor forma possível e que se tem conseguido chegar a todos os espaços e ruas. Reconheceu que há algumas situações mais necessitadas, mas que em duas ou três semanas a situação estará normalizada, sendo essa a sua expectativa. Quanto à situação do carro do lixo, disse que se trata de um carro usado que custou vinte e cinco mil euros mais IVA, ou seja cerca de trinta mil euros, que pensa estar em boas condições para a função a que se destina e que foi desenvolvido todo o processo concursal, de acordo com o que está definido na lei.-----



---O Vereador António Moreira pediu a palavra para dizer, na questão da válvula de descarga da Barragem, que é lógico que a função desta não é retirar água da barragem quando esta está vazia, mas sim para quando tem um nível muito bom de água, de forma a ser aberta de vez em quando para retirar inertes e lamas do fundo.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu também a palavra para referir que o município tem feito uma quantidade de investimentos, tendentes à criação de espaços públicos de fruição com espaços ajardinados e tem perspectivas de continuar a criar mais espaços públicos com zonas ajardinadas que precisam de manutenção. Perguntou se não será boa ideia pensar-se se se tem meios para depois as ter em condições, achando no entanto que é bom estarmos a crescer em espaços verdes, não só na parte visual mas também da qualidade que se introduz no espaço urbano, sendo necessário ter gente para a sua manutenção ou então os espaços ficam ao abandono.-----

---O Presidente referiu que os espaço não estão ao abandono e que percebe a dramatização da situação.-----

---A Vereadora observou que ciclicamente as coisas estão tratadas mas durante o período do ciclo que demoram a voltar lá a erva cresce e as folhas secam, etc.. Relativamente à Vala e à articulação com outros municípios acha que todos estão mal habituados, estando sempre à espera que alguém tome a iniciativa, sendo sempre mais fácil esperar que ela venha de cima, de órgãos tutelares. Acha que essa lógica deve ser invertida e que no caso da Vala estamos a ser prejudicados por uma não ação de um concelho que está a montante e que se devia tentar encontrar uma solução em conjunto com o município da Chamusca para que este intervenha também. Valorizou a forma como têm trabalhado as Comunidades Intermunicipais, que considera um fator de aumento substancial no sucesso do que são os projetos que cada um dos municípios desenvolve.-----

---O Presidente recordou que há cerca de três ou quatro anos, numa parte da Vala no território do concelho da Chamusca, na zona de Vale de Cavalos, foi feita uma intervenção, através de uma Associação de Agricultores com a participação da Câmara e em conjunto com o Ministério do Ambiente, sendo evidente que o Fundo Ambiental, tendo disponibilizado verbas para essa intervenção, não o voltasse a fazer agora. Neste caso não houve articulação como também não há noutras situações. Salientou que nenhuma destas ações deviam ter intervenção dos municípios



porque quem tem responsabilidade, em última instância, de salvaguardar este nível das linhas de água é a administração central.-----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 14/2020 - Reunião realizada no dia 23/07/2020-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente sugeriu algumas alterações à Ata.-----

---Com as alterações propostas, o Presidente colocou a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião.-----

Ponto 02 – Proposta – Medidas de Apoio à população e ao comércio local - prorrogação de isenção de Taxas e Licenças.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente esclareceu que se trata de um processo iniciado devido à pandemia do novo coronavírus, que isentou rendas e taxas em propriedades do Município, através de um despacho do Presidente da Câmara de vinte e três de Março e que já foi prorrogado por mais duas vezes. O que se pretende agora é aprovar uma nova prorrogação do despacho, por mais sessenta dias.-----

---O Presidente colocou a Proposta de Medidas de Apoio à população e ao comércio local - prorrogação de isenção de Taxas e Licenças, à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Deliberado ainda remeter à apreciação da Assembleia Municipal.-----





Ponto 03 – Proposta – Autorização para Apresentação de Candidatura para a Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo à Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias – Requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo – Alpiarça – Código – Alt20 – 02 – 5673 – FEDER – 00097.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente deu nota que a candidatura da escola foi aprovada e que os procedimentos para a operação de requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo estão lançados, tratando-se agora da Câmara e da Assembleia Municipal autorizarem a continuidade do processo de pedido de empréstimo, que depende do visto do Tribunal de Contas.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação do ponto, dizendo que existem um conjunto de investimentos a decorrer que, para que se possam concretizar é necessário recorrer à linha de crédito BEI, que apresenta soluções mais favoráveis do que as disponíveis no mercado bancário. Apresentou as várias condições da proposta.-----

---O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Deliberado também submeter à autorização da Assembleia Municipal.-----

Ponto 04 – Proposta – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020 – Criação do cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos informou que esta proposta de alteração do Mapa de Pessoal, vem na sequência da necessidade, por alteração legislativa, de criar o lugar de Coordenador de Proteção Civil, que ficará com as competências da direção municipal de proteção civil e depende hierarquicamente do Presidente da Câmara ou do Vereador com competências delegadas, sendo revogado o cargo de Comandante Operacional.-----





---A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se as soluções legais nesta matéria passam todas pela necessidade de criar este lugar ou há outras soluções alternativas que, eventualmente, podiam também cumprir a lei e que não criavam esta necessidade?-----

---O vereador João Pedro Arraiolos respondeu que, segundo a legislação é obrigatório a indicação deste coordenador de Proteção Civil, que poderá ser ou não uma pessoa dos quadros do Município, sendo equiparado a um cargo de dirigente, com um mandato de três anos.-----

---Não houve mais intervenções.-----

---O Presidente colocou a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020 – Criação do cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Deliberado remeter à Assembleia Municipal.-----

Ponto 05 – Proposta de Estatuto Remuneratório – Coordenador Municipal de Proteção Civil.-----
Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que é competência da Câmara Municipal a definição do estatuto remuneratório deste cargo, aprovado no ponto anterior.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se esta interpretação pode dar aso a que os municípios tenham atribuído estatutos remuneratórios diferentes, cabendo todos na mesma norma legal ou se todos vão ter de optar pelo mesmo estatuto remuneratório.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos disse que houve o cuidado de consultar um conjunto de municípios da região e a interpretação é divergente. Salientou que na informação jurídica apresentada cabe, em termos do estatuto remuneratório, os diversos níveis de Técnico Superior e inclusivamente de dirigentes. Há situações de municípios com equiparação a Chefes de Divisão, a chefe Intermédio de terceiro grau e outros com estatuto remuneratório com níveis inferiores aos que se estão aqui a propor.-----

---Não houve mais intervenções.-----

---O Presidente colocou a Proposta de Estatuto Remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----





Ponto 06 – Proposta – Projeto de Regulamento do serviço Municipal de Proteção Civil de Alpiarça. Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente esclareceu que se trata de um documento que irá enquadrar o funcionamento do serviço de Proteção Civil, tendo em conta as alterações legislativas que se verificaram recentemente, e que é um regulamento para o funcionamento dos serviços que não terá eficácia exterior, para os municípios.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona disse que a proposta de regulamento não lhe deixa grandes dúvidas e que o essencial das regras de funcionamento do serviço estão previstas na proposta.-----

---O Presidente prestou mais alguns esclarecimentos.-----

---Não houve mais intervenções.-----

---O Presidente colocou de seguida a Proposta de Projeto de Regulamento do serviço Municipal de Proteção Civil de Alpiarça à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto 07 – Proposta – Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 512.432,89€.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente disse que se trata de uma proposta para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao limite de quinhentos e doze mil quatrocentos e trinta e dois euros e oitenta e nove cêntimos, por forma a prosseguir o objetivo que está definido no Plano de Investimentos, que já foi discutido e aprovado em reunião de Câmara. Neste caso trata-se de afetar verbas para o alcatroamento de um conjunto de arruamentos na área urbana do Concelho de Alpiarça e também para a operação de substituição do relvado sintético do Estádio Municipal.---

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez uma apresentação relacionada com o Ponto sete e com o Ponto oito para se perceber melhor o enquadramento dos mesmos. Esclareceu que a divisão entre duas propostas, relacionada como Plano de Investimentos, tem a ver com o tempo de vida útil estimado de cada um dos investimentos. Acrescentou que as propostas de autorização para





contratação de empréstimos estão enquadradas com a lei e que só agora o Município está em condições de fazer este tipo de operação. Salientou que todo o processo e o rumo definido para a gestão autárquica ao longo dos últimos anos foi no sentido de criar condições para que o Município de Alpiarça tivesse um funcionamento o mais próximo possível da normalidade, que é o facto de poder recorrer a empréstimos sempre que tiver a necessidade de fazer investimentos. Neste caso concreto os investimentos assentam essencialmente em estruturas desportivas e pavimentação de ruas. Realçou que entre dois mil e nove e dois mil e dezanove, o Município esteve impedido de recorrer a empréstimos, por se encontrar em endividamento excessivo durante este período. Demonstrou de seguida, com recurso a videoprojetor, a evolução do endividamento do Município. Esclareceu que neste momento o Município tem uma margem de endividamento de três milhões e trezentos mil euros e que a Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais previa a possibilidade de endividamento até vinte por cento da margem referida, ou seja, cerca de seiscentos mil euros, mas a treze de Agosto foi publicada a Lei trinta e cinco de dois mil e vinte, que veio alargar esse impedimento, para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, permitindo a contratação de empréstimos até ao limite de endividamento, tendo em conta a situação pandémica. Apesar disso, manteve-se o mesmo Plano de Investimentos que foi aprovado em Julho. Sublinhou ainda que ao longo dos anos anteriores o conjunto de investimentos que foram feitos foram suportados, na parte que cabia ao Município, totalmente pelo seu orçamento. Demonstrou de seguida, em imagens, o conjunto de obras que a Câmara Municipal pretende realizar, com recurso aos empréstimos em discussão. Deu conhecimento das quatro propostas apresentadas para o empréstimo relativo a este ponto, dando nota que a proposta mais vantajosa financeiramente é a da Caixa Geral de Depósitos.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona comentou que tem algumas dúvidas que o Executivo não esteja satisfeito por poder lançar estes procedimentos agora e que tivesse tido muita vontade de os lançar mais cedo, sendo esta a sua interpretação. Lembrou que um dos casos que foi aqui falado muitas vezes e insistentemente pelo Vereador António Moreira, que é o caso da estrada da Lagoalva, foi muitas vezes repetido pelo Executivo que não tinha aquela responsabilidade e que não tinha possibilidade de agir.-----



---O Presidente disse aqui que isso não é verdade e que a responsabilidade é do Município, não havia era condições para reparar a estrada.-----

---A Vereadora continuou dizendo que até foi sugerido que o particular à qual a estrada dá acesso, deveria ele próprio, se quisesse, fazer a reparação.-----

---O Presidente salientou que a estrada dá acesso a centenas de particulares.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona disse que está a falar da Quinta da Lagoalva e não de qualquer outro particular. Continuou dizendo que os Vereadores do PS se abstiveram na aprovação do Plano de Investimentos, por uma razão que tem a ver com o conjunto de opções que são tomadas, não discordando que sejam feitos investimentos nestas situações em concreto, e consideram que haveria um conjunto de outras necessidades que seriam a vossa opção, se fossem executivo maioritário. Admitiu que ficam satisfeitos quando são feitos investimentos para melhorar condições que são absolutamente necessárias, contudo estas são opções com as quais concordam genericamente, mas não com todas e haveria um conjunto de outras que entenderiam como mais prioritárias.-----

---O Presidente e a Vereadora Sónia Sanfona abordaram mais algumas questões sobre a proposta em discussão.-----

---O Presidente colocou de seguida a Proposta de Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 512.432,89€ à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).-----

---Deliberado ainda remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 08 – Proposta – Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 164.800,00€.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente deu nota que esta proposta trata de procurar financiamento, em termos de empréstimo bancário de médio e longo prazo para a aquisição de um terreno no Centro Cívico, com vista à operação de regeneração urbana prevista para o espaço entre o Mercado e a Igreja de



Alpiarça, dando corpo à segunda fase do projeto do Mercado, e para a construção dos novos balneários do Estádio Municipal.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação da proposta.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou de seguida a Proposta de Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 164.800,00€ à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Deliberado também remeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 09 – Adenda ao Contrato Celebrado com o Banco Caixa Geral de Depósitos, SA., Referente ao Empréstimo de Substituição de Dívida à Ecolezíria.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---Sobre esta matéria, o Presidente esclareceu que o Tribunal de Contas colocou algumas questões de pormenor e a lógica é procurar ir ao encontro das questões colocadas.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos confirmou que o Tribunal de contas colocou algumas questões relacionadas com umas cláusulas específicas, que foram entretanto enviadas à CGD, que através dos seus serviços jurídicos fizeram uma proposta de adenda, no sentido de ultrapassar as questões colocadas pelo TC.-----

---O Vereador António Moreira pediu a palavra para dizer que, no seu entendimento, o que o Tribunal de Contas achou mal foi a parte onde diz que a Caixa poderá considerar antecipadamente vencidas todas as prestações se houver um incumprimento, perguntando se foi esta a questão.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu que essencialmente o que o TC entendeu que não estava bem definido era como eram cobradas as comissões, tendo-se que acrescentar que, só em caso de incumprimento é que estas seriam efetivamente cobradas, porque se o fossem de forma regular poderia aumentar o preço do acordo que se estava a fazer, o que não podia acontecer.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona afirmou, de acordo com aquilo que o Vereador João Pedro Arraiolos disse, que o que está em causa é que o montante total do empréstimo não pode ser igual ou superior ao montante do acordo de pagamento.-----





---O Presidente salientou que o TC está atento a estas situações e que só agora os municípios, a própria administração central e as empresas particulares, estão a lançar um conjunto de obras, quando o quadro comunitário deveria estar agora a fechar, considerando que se trata do Portugal 2020.-----

---Não havendo mais questões a colocar, o Presidente colocou o Ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto 10 – Concurso Público nº 05/2020/CCE para Celebração de Acordo Quadro para Aquisição de Máscaras Cirúrgicas e Luvas – Esclarecimentos.-----

Município de Alpiarça-----

CIMLT-----

Para Ratificação:-----

---O Presidente disse que este ponto trata apenas de um esclarecimento em relação ao tipo de luvas a adquirir, e que já foi efetuado um Despacho do Presidente da Câmara, no uso da sua competência.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo o seu Despacho sido ratificado por unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

---Interveio a Munícipe Maria Regina Santos, que falou sobre a possibilidade de se construir uma casa mortuária em Alpiarça, uma vez que considera que a que existe na Igreja não tem condições. Falou também sobre o estado do cemitério que diz ser lamentável e que está sujo e descuidado. Falou ainda da limpeza de Alpiarça dizendo que tem de cortar as ervas do seu passeio e disse que a rua está suja. Referiu ainda que as tampas da estrada nacional fazem muito barulho com a passagem dos carros.-----

---Interveio a Munícipe Vera Capitão, na qualidade de representante da Associação de Pais, que perguntou se há alguma probabilidade de fazer um telheiro junto à porta do Jardim de Infância de Alpiarça. Perguntou se há alguma previsão de data para o início das obras da Escola Secundária.-----

---O Presidente respondeu às questões colocadas. Em relação à casa mortuária disse que essa questão foi abordada mas ficou de fora a possibilidade da sua inclusão no espaço que vai ser requalificado junto à Igreja, procurando-se outra opção, situação com a qual a Câmara deve



preocupar-se. Lembrou que a situação que existe, já existe há muitos anos, sendo um serviço disponibilizado pela própria Igreja. Relativamente ao cemitério tem uma opinião completamente diferente da munícipe. Mencionou que tem ido a cemitérios de outras localidades e considera que um cemitério tão airoso, tão espraído e limpo como o de Alpiarça, não é fácil de ver. Recordou que é a Junta de Freguesia que faz a gestão do espaço e que esta teve de optar por um plano de contingência, acha que a munícipe não tem razão no que diz respeito ao estado de conservação do cemitério mas que pode fazer chegar esta preocupação à Senhora Presidente da Junta. Sobre a estrada nacional e a limpeza urbana, esta tem sido discutida nas reuniões de Câmara e referiu que tem havido algumas intervenções nas tampas por parte das Águas do Ribatejo, mas tem de se verificar essa situação. Sobre o controlo de velocidade há uma velocidade máxima no interior das localidades, mas tem de se procurar outras soluções para reduzir a velocidade. Em relação à entrada do Jardim de Infância, afirmou que se irá ver a possibilidade de fazer um telheiro e melhorar a entrada. Relativamente às obras da Escola Secundária, transmitiu que se está na fase de concurso e da apresentação de propostas, depois há que fazer a adjudicação e assinar o contrato que será posteriormente submetido ao Tribunal de Contas. Se tudo correr bem poderá haver condições para se poderem iniciar as obras até ao final do ano, tendo que haver previamente uma avaliação entre a Câmara Municipal, a Escola, o empreiteiro e as autoridades de saúde, para que estas se iniciem.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

---Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira



Município de Alpiarça

Câmara Municipal

ATA N.º 17/2020 RC 22 DE SETEMBRO 2020 - MANDATO 2017 - 2021

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

